



República de Angola  
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos  
Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa

## **NOTA DE IMPRENSA**

O Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Dr. **Francisco Manuel Monteiro de Queiróz**, afirmou hoje na 7<sup>a</sup> Conferência dos Estados Parte da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, a decorrer em Viena, Republica da Áustria, que o Executivo angolano liderado pelo Presidente da República, Dr. João Manuel Gonçalves Lourenço, está comprometido em “encontrar as melhores condições para um combate eficaz à corrupção, ao branqueamento de capitais e outros males conexos que enfermam o Estado angolano e, proceder à actualização da legislação sobre a prevenção e combate à corrupção e aos crimes económicos e financeiros, com principal destaque para os Tribunais, a Procuradoria-Geral da República e o Serviço de Investigação Criminal.”

Francisco Manuel Monteiro Queiróz afirmou também que “Angola está comprometida com os grandes temas da conferência, especialmente a questão da recuperação de activos, as medidas preventivas, a assistência técnica e a cooperação internacional.”

“A recuperação de activos é um importante princípio ético internacional, cuja garantia depende de uma ampla cooperação entre os Estados, independentemente da existência de Acordos ou Tratados Bilaterais e Multilaterais,” disse o Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

A Sétima Conferência dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção decorre de 6 a 10 de Novembro, e tem como principais objectivos: examinar a situação actual do Mecanismo de Revisão da Implementação da Convenção, Cooperação Internacional, Medidas Preventivas e Recuperação de Activos. Também se analisará a conclusão do 1º ciclo da referida Revisão; A situação dos Estados que não terminaram o processo de avaliação; O início do 2º ciclo da Revisão e o respectivo orçamento.

Nos termos do artigo 63º da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, a Conferência dos Estados Parte da Convenção foi estabelecida para melhorar a capacidade de cooperação entre os Estados Parte no sentido de atingirem os objectivos estabelecidos na Convenção, bem como promover e analisar a sua aplicação.



República de Angola  
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos  
Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa

Consta da agenda da reunião a avaliação e aprofundamento da cooperação internacional, avaliação da necessidade de Assistência Técnica e a análise da Cooperação Internacional em processos civis e administrativos para a detecção de infracções no âmbito da Convenção, incluindo a identificação, congelamento e confisco de bens derivados do cometimento desses delitos e da Cooperação Internacional relativa às formas de melhor identificar os beneficiários efectivos das pessoas colectivas.

Compõe a delegação do Ministro, a Embaixadora da Missão Permanente de Angola em Viena, Dr.<sup>a</sup> Maria Ferreira, a Directora do Gabinete de Assuntos Técnico-Jurídicos do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, representantes da Casa Civil do Presidente da República, do Ministério da Defesa Nacional, do Banco Nacional de Angola, da Inspeção Geral do Estado e técnicos da missão permanente em Viena.

Para mais informações consulte o portal do UNODC:  
<https://www.unodc.org/unodc/en/corruption/COSP/session7.html>

***Viena, 06 de Novembro de 2015***

**[www.servicos.minjusdh.gov.ao](http://www.servicos.minjusdh.gov.ao)**

---